



ECONÔMICO

revista mensal

N. 14 — JUNHO — Cr\$ 1,50



CORTEZ PEREIRA e TERTIUS REBELLO

Dois homens com a mesma meta: nosso desenvolvimento econômico

**Inseminação
Artificial
pode melhorar
nosso rebanho**
(Página 10)

**CODESE une
o Seridó e
promove o
progresso**
(Página 4)

**Homens
&
Empresas**
(Página 9)



**Como é difícil
captar recursos
dos arts. 34/18**
(Página 12)

**Por quê o
Clube dos
Diretores
Lojistas é um
clube fechado ?**
(Página 5)

**Agenda do
Empresário**
(Página 2)

401

**CUSTO DE VIDA NO RIO GRANDE DO
NORTE É DOSE PARA "ELEFANTE"**
(Página 13)

Agenda do Empresário

AUMENTO DOS COMERCÍARIOS

Os líderes do Comércio já decidiram pelo aumento dos comerciários, que entrou em vigor desde abril último. Recentemente, na Associação Comercial se reuniram patrões e empregados, quando se discutiu o novo reajuste, baseado nas especificações do Conselho Nacional da Política Salarial. O aumento dos comerciários foi de 24% sobre os atuais salários.

CENTRO SOCIAL DE MOSSORÓ

A Construtora Obelisco Ltda. já iniciou a construção da sede do Centro Social de Mossoró, um conjunto de cinco blocos com 2.500 metros quadrados de área coberta e com custo inicial de Cr\$ 1.235.128,50. O Centro Social atenderá todo o Oeste e está dividido nos conjuntos para Reuniões e Auditório, Artesanato, Prendas Domésticas, Salas de Aulas e Aprendizagem Industrial. Possuirá um conjunto de piscina e quadra de esportes com arquibancada.

LIBERAÇÕES DA SUDENE

Já atingem a quase 10 milhões as liberações dos artigos 24/18 da SUDENE, durante o primeiro semestre de 1970. Este mês foram liberados recursos para as seguintes empresas deste Estado: Medeiros S/A Confeções — 75.222; S/A Brasileira de Alimentos SABRA — 248.254; T. Barreto — 358.487; Agro-Pecuária Salto da Onça — 85.014; Agro-Pecuária Diamante — 41.199; J. Motta — 282.657; Granja Lawar — 172.988; Dubom S/A — 64.593; Indústrias Jossan — 316.497.

CURSO DE SECRETARIADO

O CEPLAN — Centro de Estudos Planificados, que agora estendeu sua área de atuação a Natal, está oferecendo aos homens de empresa, cursos de quatro meses de Secretariado, para seus funcionários. A CEPLAN está funcionando na sede da ABO-RN.

NOVOS BANCOS EM NATAL

Mais duas agências bancárias foram inauguradas em Natal, a primeira do Banco do Brasil, no Alccrim, e a segunda a sede própria do Banco de Estado de São Paulo, no Centro da Cidade. Esta última inauguração contou com a presença do Governador Abreu Sodré.

A HORA E A VEZ DO SAL

A Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte promovem os dias 24 e 25 de julho a Reunião Setorial do Sal, reunindo em Natal produtores e industriais de sal, para analisar os principais problemas ligados à sua extração, comercialização e transporte. O conclave vai diagnosticar a indústria salinera brasileira, especialmente a do Rio Grande do Norte, responsável principal pelo abastecimento nacional.

DEPOSITOS NO ESTADO

Através da Portaria n. 215/70 do Superintendente da SUDENE já estabeleceu quais as empresas do Nordeste que poderão receber a aplicação dos recursos derivados dos Artigos 24 e 18 da SUDENE, até 31 de dezembro de 1970.

No Rio Grande do Norte foram indicadas: Nilton Pessoa de Paula Agropecuária S/A, Potengi Indústria Agro-Pecuária S/A, Agropecuária Salto da Onça S/A — APESA, Granja Lawar S/A, Companhia Pecuária e Agrícola do Nordeste — COPIAN, Maracujá Agro-Pecuária S/A — MARISA, Companhia de Melhoramentos Agro-Pastoril — COMAP, Cerâmica Mossoró S/A — CERAMUS, Companhia Industrial Riograndense do Norte — COIRG, Comércio e Indústria Madeira S/A — CIASA.

Também, Dubom S/A, Fábrica Raimundo Fernandes S/A Fiação e Tecelagem Mossoró S/A — FITEMA, Figueiredo

Queiroz Com. e Ind. Ltda., IORTESA — Botões Forte S/A, Indústria Jossan S/A, Indústria de Papéis S/A — INPASA, Indústria Sitex S/A, Industrial Açú S/A — INDASA, J. Motta Ind. e Com. S/A, Lojascope S/A, Com. e Indústria, Madeireira Estrêla Com. e Ind. Ltda., Medeiros S/A Confeções, Nátécia Companhia Textil do Natal, Profarquímica, Refinaria Estrela S/A, Salha S/A — Ind. e Com. de Oleos, Siderusa — Siderúrgica do Nordeste S/A, Simas Industrial S/A.

PROJETO RODOVIA

Está em andamento a execução do Projeto Rodovia, com a participação de elevado número de treinandos, do DNER, DER, SENAI e 3.º BEC. O curso é ministrado por técnicos em treinamento do Departamento Nacional do SENAI e professores da equipe local. De 30 de junho a 3 de julho, o DR-SENAI promove uma Seminário do Projeto Rodovia, com seis expositores.

Diário Oficial em síntese

No dia 2 de junho o Diário Oficial do Estado publicou as atas de assembléia geral da Cial S/A — Comércio Indústria de Alimentos; da INPASA — Indústria de Papeis S/A; da Companhia Algimar — Indústrias Químicas de Alginatos. No dia 5 de junho as atas das indústrias Jossan S/A; da COIRG — Companhia Industrial Riograndense do Norte; de Clóvis Costa Indústria e Comércio S/A; da Distribuidora de Automóveis Seridó S/A. O Diário Oficial do dia 11 de junho publicou a ata da assembléia extraordinária da Casa Lux S/A.

Na edição do dia 12 de junho foram publicadas as atas da Itapetinga Agro-Industrial S/A; das Lojascope S/A Comércio e Indústria; da Hassana-

mim Comércio e Indústria S/A. No dia 16 a ata da Itapetinga Agro-Industrial S/A e de Nóbrega & Dantas S/A Indústria e Comércio. No dia 18 a ata da Comercial Irmãos Salha S/A e no dia 23 de junho as atas de Bezerra e Fiuza S/A Indústria e Comércio; da Empresa Industrial Técnica; da SALMAC — Salinicultores de Mossoró S/A; da Apodí de Administração e Participação S/A.

BALANCETES PUBLICADOS

Foi publicado o Balanço Geral do Contonifício Dantas Ribeiro S/A, no Diário Oficial do dia 2 de junho, o balancete da Cooperativa de Crédito Norteriograndense Ltda., no D. O. do dia 3 de junho, o balanço da Comercial Sebastião Correia de Melo S/A no dia 11 de junho, o balancete do BANDERN na edição do dia 18 e no dia 16 o balancete da razão da Rionorte — Companhia Norteriograndense de Crédito, Financiamento e Investimentos.

COFERN E RIONORTE

Foram publicados no Diário Oficial do dia 12 de junho as resoluções números 19 e 20/70 da COFERN, a primeira autorizando a entrega de recursos no valor de trinta cruzeiros a RIONORTE para custear a elaboração de projeto agrorpecuário na Fazenda Trinchera e a segunda também no mesmo valor e mesma finalidade a Fazenda Uberaba.

AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia Algimar — Indústrias Químicas de Alginatos fez publicar no Diário Oficial do Estado, do dia 2 de junho o boletim de subscrições correspondentes ao aumento de Capital.

Cortez Pereira e Tertius Rebello - Dois homens com um mesmo plano: nosso desenvolvimento econômico

Está definido o problema sucessório do Rio Grande do Norte com a complementação da chapa encabeçada pelo professor Cortez Pereira. A indicação do deputado Tertius Rebello para a vice-governança foi recebida de bom grado por todos os setores políticos do Estado e, principalmente, pelas lideranças da classe empresarial, que vêem nêle um companheiro de lutas em favor do desenvolvimento econômico e social de nossa terra.

O que se verifica ao analisar os dois futuros governantes do Rio Grande do Norte é que são homens de uma mesma linha de ação revolucionários da primeira hora, idealistas que almejam a concretização de um mesmo programa de Governo. São dois técnicos e dois humanistas.

CORTEZ PEREIRA

O professor Cortez Pereira, indicado há alguns meses para suceder ao monsenhor Walfredo Gurgel no Governo do Estado, tem trabalhado todos os dias na elaboração das diretrizes que vão orientar a administração pública do Rio Grande do Norte a partir de 31 de janeiro de 1971. Para auxiliá-lo, convocou os técnicos mais destacados. E todas as linhas do seu plano de Governo, antes de serem oficialmente seguidas, passarão pelo crivo da opinião pública. Pretende o professor Cortez Pereira, a partir dos próximos meses, promover encontros e debates com estudantes, empresários, clero, trabalhadores, políticos, profissionais liberais, para que tôdas as camadas sociais do Rio Grande do Norte possam emprestar uma colaboração direta aos planos de desenvolvimento que a administração irá executar em todos os setores.

Como já declarou em outra oportunidade ao RN-ECONÔMICO, o futuro Governador objetiva realizar um Governo de coalisão. Não voltarão a imperar as "côres" políticas que por muito tempo puseram em vigor no Rio Grande do Norte a mentalidade de pastoril dividindo nossas forças e cavando barreiras de ódio entre o nosso povo. A recuperação econômica do Estado, entretanto, aparece como a meta fundamental e a que exigirá do Governo e do povo a luta sem trégua. O professor Cortez Pereira já está armando os esquemas para essa luta e preparando as nossas forças para serem usadas nos momentos mais oportunos.

TERTIUS REBELLO

O deputado-almirante Tertius Rebello tem larga folha de serviços prestados ao Rio Grande do Norte, iniciada em 1940, quando, oficial da Marinha, foi enviado para êsse Estado para missões importantes à segurança nacional: construção do farol do Calcanhar, construção da Base Naval de Natal e levantamento da costa e do pôrto de Natal. Em 1949, veio residir nesta cidade, sendo em 1952 designado Capitão dos Portos de Natal. Em 1958, passando para a reserva da Marinha, êle engajou-se na luta pelo desenvolvimento do Rio Grande do Norte, e começou então a aprofundar os seus estudos sobre nossos problemas marinhos, sem deixar de lado outros assuntos econômicos. Após a Revolução de 31 de Março, o almirante Tertius Rebello foi eleito Prefeito da cidade. Em 1966, candidatou-se a deputado estadual, sendo eleito com uma das maiores votações. Agora, pretendia disputar a reeleição, porém veio a convocação prioritária, partida da Presidência da República, para a vice-governança do Estado. Numa prova do seu profundo interesse pelos nossos problemas, o futuro vice-Governador está reivindicando a inclusão do Pôrto de Natal como um dos terminais oceânicos da grande rodovia transamazônica. Também são idéias surgidas dêle a construção de um terminal pesqueiro em Natal, a ampliação do nosso pôrto e o escoamento do sal marinho do Rio Grande do Norte por êle, até que venha a ser construído o terminal salineiro na zona produtora.

CODESE une o Seridó e promove desenvolvimento

Primeiro foram apenas simples bate-papos sobre os problemas da cidade de Caicó. Das conversas informais surgiu uma idéia: promover uma série de reuniões com palestras sobre os problemas da comunidade. Uma semente estava sendo plantada. E as reuniões vieram com palestras e discussões. Outra idéia: criar um órgão que centralizasse todas as prefeituras da região. E começou a elaboração dos estatutos para posterior criação de um Conselho de Desenvolvimento do Seridó. A 16 de maio de 1969 — de fato e de direito o CODESE era uma realidade. Sua meta principal, a interligação da comunidade com o poder público no estudo de assuntos e encaminhamento de problemas do interesse da região.

COMO É O CODESE

Com quatro órgãos de administração — Assembléia Geral, Câmara Deliberativa, Presidência e Secretaria Executiva. A área de ação do Conselho abrange os municípios de Acari, Cruzeta, Caicó, Cerro Corá, Carnaúba dos Dantas, Currais Novos, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jucurutu, Jardim do Seridó, Lagôa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana, São Fernando, São José do Seridó, São João do Sabugí, Equador, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas.

A Câmara Deliberativa é considerada como o “centro nervoso” do Codese. Ela é constituída pelos prefeitos de cada município da área de atuação do Conselho e mais cinco representantes do órgão que são eleitos pela Assembléia Geral. Na Câmara, os debates dos problemas comuns a região. De lá, proposições e idéias são tiradas e o CODESE leva-as adiante na tentativa de encontrar soluções junto ao poder público para estes problemas.

AS LINHAS

“Não só o Governo, mas a Comunidade é responsável pelo desenvolvimento da região”; “o Seridó agindo isoladamente — municípios tentando soluções dos seus problemas individualmente — não consegue grande expressão. Só a ação em bloco, é que dá maior força para que se consigam soluções para seus problemas”: “o Plano de Desenvolvi-

mento Integrado da Região é uma necessidade”.

Baseado nessa filosofia de ação o órgão começou a agir. Primeiro veio um Seminário sobre a “Doença de Chagas” que surtiu efeitos imediatos, ou já a assinatura de convênios entre o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) e os diversos municípios do Seridó. Foi realizada recepção ao general Tácito Teophilo de Oliveira, Superintendente da Sudene, ocasião em que foram pedidas soluções para os problemas de saneamento básico para a região.

A AÇÃO

Um trabalho importante está sendo elaborado para a região. Sua importância não se prende apenas ao Seridó, mas está diretamente ligado a todos os órgãos que lidam com desenvolvimento quer estadual, regional, e nacio-

nal. O trabalho está sendo editado com colaboração técnica e financeira da Assessoria de Planejamento do Governo do Estado, Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural e da Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte. Ele é fruto de levantamento minucioso feito na região para descobrir as vocações econômicas do Seridó. Deverá ser lançado ainda no primeiro semestre deste ano, possivelmente em solenidade a ser realizada em Currais Novos. Mais importante: o trabalho será enviado a todos os órgãos que lidam direta ou indiretamente com o desenvolvimento. O CODESE consultará estes mesmos órgãos sobre o trabalho, principalmente na parte inerente a cada uma das atividades ali enfocadas que refiram-se a entidade ou repartição que recebeu uma cópia do “Diagnóstico do Seridó” Feito isso, o CODESE tratará da realização de um Seminário Técnico sobre o documento, estando prevista a participação de todos os órgãos que receberam o Diagnóstico. Durante o encontro deverá ser lançada a semente para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região.

REALIZAÇÕES

As reuniões da Câmara Deliberativa vinham ocorrendo normalmente mas estão paralisadas devido a seca que está mobilizando prefeitos da região, sendo quase que impossível reuni-los para as sessões ordinárias da Câmara. As assembleias gerais estão se processando devendo ser realizadas em todas as cidades



seridoenses. Já foi realizado um primeiro Curso de Formação de Pesquisadores que realizam, presentemente pesquisa sobre migração interna na região. O pessoal foi treinado pela Assessoria de Planejamento.

Paralelamente a isto, o CODESE divulga suas atividades através de programas radiofônicos na Emissora de Educação Rural de Caicó e Radio Brejuí de Currais Novos. Ao mesmo tempo orienta a população da região sobre problemas que estejam se verificando presentemente.

Está sendo estudada a viabilidade da publicação de um boletim sobre as atividades do Conselho.

A Folha do Seridó, jornal que o CODESE pretendia lançar continua em compasso de

espera porque a região não dispõe de uma gráfica para sua impressão, sendo impraticável que isto seja feito em Natal por onerar em muito os custos da publicação.

REPERCUSSÃO

A criação do CODESE, os resultados produtivos que vem trazendo, obtém grande repercussão no Estado, embora ainda seja curto seu período de funcionamento. A Assessoria de Planejamento do Governo do Estado, é uma das maiores intusias-tas do órgão. A idéia, considerada como muito válida será levada à tódas as regiões do Rio Grande do Norte, pela Assessoria.

Este é o fruto maior que os idealizadores do Codese esperavam mas, não tão cedo.

Clube de Diretores Lojistas: um clube de poucos sócios

São 35 homens que se reúnem periodicamente em reuniões-jantares. Sóbrios, de meia-idade quase todos, e um ar um tanto preocupado ultimamente, embora as reuniões tenham um aspecto informal e delas resultem, quase sempre, novas promoções que irão beneficiar a coletividade. Eles formam o clube mas fechado da cidade: o **Clube de Diretores Lojistas**, entidade fundada há nove anos para congregar comerciantes e discutir soluções para os problemas da classe.

O CDL, segundo seus dirigentes atua muito mais em termos de uma melhoria dos padrões econômicos e sociais da comunidade do que no aumento das vendas de seus associados. A promoção do bem comum é uma das metas defendidas pelos sócios, líderes nos diversos ramos do comércio varejista.

FINALIDADES — Nas reuniões periódicas da associação, são discutidos assuntos referentes à atividade comercial, em todos os seus aspectos, inclusive estudos de mercado, problemas de mercado fornecedor e consumidor e — principalmente do ano passado para cá — a crise econômica por que passa o Rio Grande do Norte.

“Os comerciantes que integram o **Clube de Diretores Lojistas** — diz seu presidente, Habib Chalita — são homens que já não vêem no segredo a alma do negócio. Antigamente, o comerciante tinha seu balcão como uma trincheira para o negócio que possuía e não procurava tomar conhecimento do meio em que vivia. Hoje, o CDL não tem como norma apenas a venda pura e simples mas procura conhecer as dificuldades da comunidade para promover o seu bem-estar”.

Por que, porém, uma associação que tem como um de seus principais objetivos encontrar um denominador comum

entre os comerciantes, visando a promoção do bem comum, permanece fechada, limitando a entrada de novos sócios? Habib Chalita explica que esse denominador comum seria difícil de ser conseguido com um grande número de comerciantes associados. Além disso, a associação procura ter como membros aqueles que se mostram mais desprendidos e, ao mesmo tempo, liderem os ramos em que exerçam atividades.

As vagas do CDL estão completas. Se algum associado se retirar, a admissão de novo sócio somente se dará através de eleição. Mas, as exigências não ficam aí: se não houver unanimidade na votação, o candidato estará automaticamente rejeitado.

SÓCIOS — As 35 organizações que atualmente fazem parte do CDL são: Casa Régio, Camisaria União, Habib Chalita, J. Rezende, Big-Lar, J. Olímpio, A Sertaneja, Importadora Omar Medeiros, Casa Lux, M. Martins e Cia., Casa das Maquinas, Casa Duas Américas e City-lar, Jaeci, Formosa Siria, Lojas Seta, Loja Wacil, Prudência — Distribuidores de Baterias S/A, Credilar, Casa Porcino, Armazém Narciso, A Girafa, Camisaria Brasil, Ótica e Relojoaria Pérola, Lojas Utilitar, O Bazar Doméstico, Confecções Contê, Confecções Soriedem, Pinheiro

Chacon, Casas Gomes, Casas Cebartos e Socle. Atualmente, estão na pauta, para futura votação, **Lojas Ideal e Distribuidora de Automóveis Seridó S/A**. “Nós não visamos importância da firma, mas o poder de liderança que ela possui no ramo — acrescentou Habib Chalita.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO — Um dos maiores serviços prestados pelo CDL é o **Serviço de Proteção ao Crédito** ou **SPC**, como é mais conhecido. São três letras que revelam ao comércio a diferença entre os bons e maus pagadores e, conseqüentemente, abrem e fecham as portas de 90 lojas do comércio natalense aos candidatos de compras a crédito.

Ao contrário do CDL, o SPC é um serviço aberto a todo o comércio. Para a firma tornar-se associada, necessita apenas de pagar a inscrição — Cr\$ 100,00 — em mensalidades de Cr\$ 20,00. Quando o cliente chega a uma loja filiada para comprar a crédito, sua ficha é verificada no fichário do SPC. Se ele deve há mais de 45 dias em qualquer das lojas associadas, não poderá comprar, a menos que, naturalmente, pague à vista pela mercadoria desejada.

Os fregueses que compram a prazo, portanto, são vigiados pelo SPC e têm que pagar as mensalidades com, pelo menos 45 dias, prazo máximo de tolerância. Terminado o período, se a conta não fôr saldada, o devedor recebe uma carta de cobrança da associação. Depois disto, ele tem mais 15 dias de prazo para fazer o pagamento, liquidando ou atualizando o débito.

Decorridos 90 dias, e permanecendo a dívida, o freguês será considerado como um cliente negativo e nenhuma loja do circuito lhe venderá um alfinete — a prazo, naturalmente — enquanto a conta não fôr paga. Mas, nem depois de pagar, poderá comprar imediatamente a prazo. Terá que esperar um ano inteiro.

As informações do SPC são fornecidas, confidencialmente, através de códigos. Os clientes não tomam, portanto, conhecimento do conteúdo das fichas. Os nomes dos clientes negativos são enviados a todo o Brasil. Contudo, há diversas fichas, de acordo com a situação do cliente. Se o atraso foi motivado por dificuldades financeiras, não havendo no caso do cliente, qualquer intenção de lesar a loja, o problema será encarado com maior benevolência.

A atuação do SPC, do começo do ano até agora, já permitiu ao comércio a recuperação de crédito da ordem de .. Cr\$ 200.000,00. Ao mesmo tempo, evitou-se que 546 clientes negativos pudessem comprar a prazo, o que significou a preservação de Cr\$ 440.000,00.

REAÇÃO — A crise no comércio é um fato, mas os números do CDL indicam uma reação progressiva. No ano passado, do dia 1.º de janeiro até 13 de maio, houve 7.910 solicitações de compra nas lojas filiadas, totalizando um movimento de Cr\$ 4.357.000,00. Este ano, no mesmo período, houve 9.206 solicitações, resultando num movimento de .. Cr\$ 5.998.000,00. Se tudo continuar nesta marcha, provavelmente as reuniões do CDL passarão a ter a animação antiga. Com a volta da confiança, novos planos de venda para melhorar as condições de vida da comunidade.

Escola Superior de Guerra promove Curso em Natal

A Delegacia da ADESG (Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra) no Rio Grande do Norte está promovendo em Natal um ciclo de estudos sobre Segurança e Desenvolvimento Nacional, do qual participam 105 pessoas que ocupam posições de destaque nas áreas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Governo do Estado, das associações patronais de classes, além de intelectuais e profissionais liberais.

O curso consta de uma série de 9 conferências doutrinárias (doutrina da Escola Superior de Guerra) pronunciadas por conferencistas do corpo permanente de professores da ESG, seis conferências sobre problemas conjunturais a serem proferidas por autoridades da nossa área, e 4 trabalhos de grupo. A duração do ciclo de estudos vai até o dia 30 de julho e a sua mais importante finalidade é difundir os ensinamentos da Escola Superior de Guerra, instituição criada para formar as elites dirigentes do Brasil.

Pelo alto número de pessoas que demonstrou interesse em participar do ciclo de estudos, é quase certo que proximamente novos cursos semelhantes serão promovidos no Rio Grande do Norte.

Ernani quer Recon Social no BANDERN

O Diretor de Operações do Banco do Rio Grande do Norte, snr. Ernani Melo, esteve há poucos dias em Recife, juntamente com o Diretor do NAI, snr. Miguel Ferreira, para tratar junto ao Banco Central de assuntos referentes ao novo sub-programa RECONSOCIAL do Banco Nacional de Habitação, que oferece recursos para financiamentos de material de construção num período que vai até 20 anos. Este sub-programa deverá ser colocado em ação também no BANDERN, aumentando desta forma sua faixa de ação dentro dos esquemas da política habitacional do Governo Revolucionário.

Por outro lado, informa-se do Banco do Rio Grande do Norte que após o regresso do snr. Cândido Caldas dos Estados Unidos, em meados do corrente mês de julho, continuará o snr. Ernani Melo acumulando as funções de Diretor de Operações e Diretor Administrativo do banco oficial do Estado. O snr. Cândido Caldas encontra-se nos Estados Unidos há vários meses, participando de um curso de Administração de Crédito Industrial, promovido pelo Departamento de Desenvolvimento Industrial para a América Latina da Universidade da Geórgia. Este mesmo curso foi feito, em fins do ano passado, pelo snr. Ernani Melo.



Associação de Poupança e Empréstimo Rio-grandense do Norte — APERN

AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO
RUA VIGÁRIO BARTOLOMEU, 635 — LOJA 4 — NATAL-RN
CARTA PATENTE N.º 24 DE 26.08.06 EXPEDIDA PELO BNH
BALANCETE MENSAL SINTÉTICO EM 05 DE JUNHO DE 1970

A T I V O

DISPONIVEL		
Encaixe	1.852.294,97	
Subencaixe	631.800,00	2.484.094,97
REALIZÁVEL		
Financiamentos Imobiliários	9.499.711,17	
Aplicações Diversas	1.740,00	9.501.451,17
IMOBILIZADO		
Bens Móveis de Uso	78.072,63	
Bens Imóveis de Uso	69.533,98	147.606,61
DESPESA GERAL		
Despesas de Funcionamento	949.513,88	
Despesas a Apropriar	33.251,91	982.765,79
COMPENSAÇÃO		
Valores em Garantia, Custódia ou Cobrança — Recebidos	19.260.193,65	
Depositários de Valores em Garantia, Custódia ou Cobrança	5.428.132,92	24.688.326,57
SOMA		37.804.245,11

P A S S I V O

PATRIMÔNIO SOCIAL		
Recursos Próprios	50.868,87	
Recursos dos Associados	5.663.163,70	5.614.030,57
EXIGÍVEL		
Recursos de Terceiros	6.361.575,53	
Credores Diversos e Provisões	88.658,55	
Outras Exigibilidades	695.266,61	6.145.500,69
RECEITA GERAL		
Receita Operacional	1.125.828,36	
Receita de Serviços	161.753,82	
Receita Extraordinária	7.278,64	
Receita a Apropriar	61.526,46	1.356.387,28
COMPENSAÇÃO		
Credores por Garantia, Custódia ou Cobrança	19.260.193,65	
Valores em Garantia, Custódia ou Cobrança — Entregues	5.428.132,92	24.688.326,57
SOMA		37.804.245,11

Natal (RN), 05 de junho de 1970.

FERNANDO A. BARRETO PAIVA
Administrador-Geral

OLÍMPIO P. MOURA
Administrador de Operações e Finanças

FRANCISCO CANUTO DE MEDEIROS
Técnico em Contabilidade — CRC — RN — Natal

A vida de uma emprêsa (3)

Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte

A Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte (APERN), está provando ao natalense que a poupança é um bom negócio, onde — anuncia o seu slogan — o dinheiro cresce e aparece, rendendo juros e correção monetária.

Segundo o seu Administrador Geral, economista Fernando Paiva, a APERN, está situada em primeiro lugar entre as Associações de Poupança de Salvador a Manaus, em volume de depositantes, em número de associados e em volume de aplicações.

O QUE JÁ FEZ

Subsidiária do Banco Nacional de Habitação, a APERN, dentro do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, está concorrendo para estimular a Poupança popular haja visto que até hoje conta com quatro mil novecentos e cinquenta e três (4.953) associados. Desde o operário ao grande industrial, todos eles tem suas cadernetas de poupança.

No setor habitacional a APE do Rio Grande do Norte, já financiou, nestes dezoito meses de funcionamento, quinhentas unidades habitacionais, dando residência condigna a duas mil e quinhentas pessoas. Isto resultou no setor econômico, a oportunidade com a construção destas casas, de emprêgo para duas mil e quinhentas pessoas entre engenheiros, mestres de obras, carpinteiros pedreiros, etc.

No setor financeiro, a construção destas casas reflete sensivelmente no comércio e indústria natalense, porque toda a aplicação na compra de material, é feita em Natal. Afirma Fernando Paiva que já foram

aplicados 10 milhões de cruzeiros.

PORQUE CRESCE

A APERN é a união dos associados em favor da coletividade. Antigamente havia, e ainda hoje há, o maior protocolo para financiamentos bancários, mas a APE eliminou tudo isto, considerando que toda pessoa tem direito a financiamento dinâmico e imediato, sem papelada e processo reduzido de burocracia.

No empréstimo, todos os associados são atendidos, porém é natural que antes se observe a capacidade de pagamento e o conceito que desfruta na sociedade, pois em caso contrário a APERN não obterá seu índice de solvência e liquidez.

PROGRAMA 70

Ainda este ano, mais trezentas unidades serão financiadas, representando uma aplicação de mais de sete milhões de cruzeiros, distribuídos nos diversos pontos da cidade, como no Conjunto São Conrado, Conjunto Roselândia, Conjunto Santa Mônica no Jardim América, no Conjunto São Judas Tadeu, no Jardim Triunfo e no Conjunto Ouro Branco.

Os diretores da APERN estão entrando em entendimentos com a Prefeitura Municipal de Natal para transformar a entrada de Natal, desde a Faculdade de Odontologia, até Lagoa Nova, num bairro totalmente planejado e que será denominado Nova Natal.

NOVA NATAL

Garantem que na Nova Natal, haverá boas residências, arborização, luz a mercúrio, jardins, parques, pavimentação, água e

esgoto e outros serviços sociais urbanos, inclusive um super mercado.

No plano de construção e de ocupação, constam residências para venda ao público, casas em diferentes modelos e diferentes conjuntos. Não haverá casa padrão e sim casas térreas ou com primeiro andar, com jardim ou sem jardim, recuadas ou não, enfim tornando a área um local aprazível que será o cartão de visita de Natal.

COMO SER SOCIO

Para ser socio da APERN basta depositar pelo menos a metade um U.P.C. (Unidade Padrão de Capital), atualmente valendo quarenta e seis cruzeiros e vinte centavos, soma que começa a receber dividendos e correção monetária após três meses de abertura da conta.

No Setor de financiamento, onde existe facilidades para se conseguir empréstimos, cada associado tem um limite máximo, que vai até sessenta mil cruzeiros, para aplicação exclusiva no setor habitacional.

A NOVA APERN

Para provar o seu dinamismo e o seu crescimento, a APE do Rio Grande do Norte já adquiriu um imóvel na praça Padre João Maria, onde será construída a nova sede da Associação. O projeto arquitetônico será de Moacir Gomes da Costa e está previsto um edifício com cerca de oito andares, com instalações próprias para funcionamento bancário e com todas as medidas de segurança exigidas pelo Governo Federal.

A DIRETORIA

A Diretoria Executiva da APERN é constituída por Olímpio Procópio de Moura — Diretor de Operações Financeiras, e Fernando Paiva — Administrador Geral. O Conselho de Orientação é presidido por Álvaro Alberto Souto Filgueira Barreto e integrada pelos Srs. José Aurélio Guedes, Edilson Fonsêca, Mario Roberto de Sá Leitão, Capitão Widres Teophilo da Silva, Kleber Bezerra, Luiz Barreto, Jairo Procópio de Moura e Raul Francisco de Oliveira.

Reunião Setorial do Sal
preparatória para
a Convenção
Nacional da Indústria
(Natal - 24 e 25 de Julho)



**Confederação Nacional da Indústria
Federação das Indústrias do Estado
do Rio Grande do Norte**

1970

Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte

C O S E R N

8º. Relatório Anual

INTRODUÇÃO

A Diretoria da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — COSERN, tem a satisfação de apresentar aos Senhores acionistas o Relatório de suas atividades no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1969.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Durante o exercício de 1969, a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — COSERN, desenvolveu o seu programa de Eletrificação do Estado, fazendo chegar as suas Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição em diferentes centros da região, procurando com isso ajudar no processo de expansão econômica e dar ao Estado uma infra-estrutura que possibilite o seu desenvolvimento.

Com a escassez de verbas ocorrida no exercício, esta Empresa teve de construir obras com recursos próprios para não sofrer solução de continuidade o seu programa de construção.

Em março de 1969, foi assinado contrato de financiamento com o Banco Interamericano do Desenvolvimento — BID, com repasse as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás, no valor de US\$ 2.007.000,00, para aquisição de materiais e equipamentos indispensáveis aos serviços de eletrificação do Estado.

AREA SERVIDA

Ao fim deste exercício, a Empresa já serve a 61 cidades do interior do Estado, cobrindo tôas as suas regiões fisiográficas, além da Capital e dos povoados de Igapo e Redinha.

NÚMERO DE CONSUMIDORES

O número total de consumidores servidos por esta Companhia, em 31 de dezembro de 1969 e sua distribuição por classes, podem ser comparados com os correspondentes valores apurados em 1968, conforme demonstração abaixo, através da qual se constata um crescimento da ordem de 10,32% (dez vírgula, trinta e dois por cento).

CLASSE	31.12.68	31.12.69
Residencial	37.507	42.135
Não Residencial	5.359	5.576
Industrial	292	350
Rural	20	20
Outras Classes	947	1.122
Total	44.125	49.203

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES

1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
665	1.828	3.901	8.960	10.942	44.125	49.203

NOTA: — O aumento de consumidores no ano de 1968, foi motivado pela compra do acervo da Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil, da cidade do Natal.

POPULAÇÃO SERVIDA PELAS REDES DA COSERN

1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
8.873	27.216	62.246	107.674	136.365	328.506	376.539

ENERGIA COMPRADA

Dos 3.249.351 MWh gerados pela CHESF e distribuídos pelos sete Estados de sua área de concessão no ano de 1969, 107.228 MWh foram consumidos pelo Estado do Rio Grande do Norte, ou seja, 3,3%. Da ponta máxima do mesmo ano, que foi de 686 MW, em Paulo Afonso, o Rio Grande do Norte dela participou com 3,5%, ou seja, 24,010 MW. O crescimento médio cumulativo da expansão do mercado consumidor do Nordeste, manteve-se nos 16,35%, enquanto em nosso Estado, estamos crescendo à razão de 13,98%, estando Natal aí representado pela participação com 12,32%, ou seja, 81,2% da taxa global de todo o Estado.

A energia distribuída pela COSERN foi comprada à Cia. Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF —, e Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba — SAELPA —. A quantidade bruta adquirida e o seu respectivo custo, ficaram assim distribuídos:

	kWh	Ncr\$
1968		
CHESF	78.489.172	2.555.746,78
SAELPA	80.073	8.760,68
	<hr/>	<hr/>
	78.569.245	2.564.507,46
	<hr/>	<hr/>
1969		
CHESF	92.536.312	3.244.831,07
SAELPA	197.934	18.217,57
	<hr/>	<hr/>
	92.734.246	3.263.048,64
	<hr/>	<hr/>

Aumento sobre o ano anterior

Compra em kWh:	15,27%
Preço de energia comprada:	21,40%

VENDA DE ENERGIA

Durante o ano de 1969, foram vendidos 80.967.067 kWh às diversas cidades do interior e na capital, conforme demonstração abaixo:

CLASSE		
Residencial	—	28.528.724
Não Residencial	—	11.173.708
Industrial	—	16.014.484
Rural	—	152.248
Outras Classes	—	25.097.903
Total		80.967.067

PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO

Dando prosseguimento ao programa de obras previsto para o ano de 1969, a Empresa estendeu suas linhas de transmissão e redes de distribuição a diversas cidades interiores, bem como efetuou a reforma e ampliação do sistema de distribuição da cidade de Natal.

OBRAS CONCLUÍDAS NO INTERIOR DO ESTADO

Linhas de Transmissão e Sub-Transmissão concluídas no ano de 1969:

Serra Vermelha	—	Areia Branca
Santa Cruz	—	Campo Redondo
Santa Cruz	—	Lajes Pintada
Almino Afonso	—	Martins
Almino Afonso	—	Várzea da Caatinga
Patu	—	Junco
Almino Afonso	—	Patú
Várzea da Caatinga	—	Ólho D'Água do Borges
Martins	—	Portalegre
Almino Afonso	—	Lucrécia
Currais Novos	—	Lagoa Nova
São Paulo	—	São Pedro
Jardim do Seridó	—	Ouro Branco
Açú	—	Ipanguaçú
São Paulo do Potengi	—	São Tomé
São Paulo do Potengi	—	Riachuelo
São Pedro do Potengi	—	Ielmo Marinho

MATERIAIS UTILIZADOS

Postes	2.059
Cabos condutores	230.204 kg
Extensão construída	307,81km

RÉDES DE DISTRIBUIÇÃO

1 — Martins	9 — Lucrécia
2 — Portalegre	10 — Junco
3 — Ólho D'Água do Borges	11 — Campo Redondo
4 — Patu	12 — Lajes Pintada
5 — Umarizal	13 — Lagoa Nova
6 — Macau	14 — São Pedro do Potengi
7 — Areia Branca	15 — Ouro Branco
8 — Almino Afonso	16 — Ipanguaçú
	17 — São Tomé

MATERIAIS UTILIZADOS

Postes	2.577
Potência total — kVA —	1.470
Cabos Condutores — Rêde Primária	6.419 kg
Cabos Condutores — Rêde Secundária	40.978 kg
Transformadores instalados	49

OBRAS EM ANDAMENTO

LT — Zabelê	—	João Câmara
LT — Marcelino Vieira	—	Pau dos Ferros
LT — Jaçaná	—	Coronel Ezequiel
LT — Nova Floresta	—	Jaçaná
LT — Caicó	—	São João do Sabugi
LT — Almino Afonso	—	Caraúbas
RD — Marcelino Vieira		
RD — Pau dos Ferros		
RD — Jaçaná		
RD — São João do Sabugi		
RD — Barcelona		
RD — Pirangi do Norte		
RD — Riachuelo		

SUBESTAÇÕES EM ANDAMENTO

Subestação abaixadora de		
69 13.8 kV — SE	—	São José de Mipibú
Subestação abaixadora de		
69 13.8 kV — SE	—	Ceará Mirim
Subestação abaixadora de		
69 13.8 kV — SE	—	Macau

REALIZAÇÕES

Para corrigir a instabilidade de suas linhas, foram construídas ao longo do tronco Natal|Nova Cruz, 3 estações reguladoras de tensão com a potência total de 10,5 MVA. As estações são compostas de três auto-transformadores cada uma, com comutação-automática sob carga e comando eletrônico em estado sólido. Foram também instalados no terminal da Linha de Transmissão Natal-Ceará Mirim um banco de capacitores em montagem trifásica com potência de 600 KVAR para controle do fator de potência e em consequência a melhoria da regulação. Os capacitores também são operados automaticamente por controle eletrônico. Em Natal prosseguem os estudos preliminares para aplicação dos mesmos métodos corretivos das flutuações da tensão nos circuitos primários, além da implantação da reforma geral da rede de distribuição que obviamente, será feita por etapas por motivos de ordem técnica e financeira.

PROGRAMA PARA 1970

1. Estudos e Projetos: No exercício de 1970, a Companhia deverá prosseguir com os estudos e levantamentos necessários para a elaboração dos projetos das linhas de transmissão, subestações e redes de distribuição correspondentes as obras do seu programa de trabalho.

2. Execução de Obras: De acordo com a sua programação elaborada, espera a Companhia, com as obras em andamento e outras que serão iniciadas, inaugurar as seguintes instalações para distribuição de energia da CHESF em 1970:

2.1 — LT — Zabelê — João Câmara
2.2 — LT — Lagoa Nova — Cerro Corá
2.3 — LT — São Pedro — Bom Jesus
2.4 — LT — Marcelino Vieira — José da Penha
2.5 — LT — São João do Sabugi — Serra Negra do Norte
2.6 — LT — Pedro Avelino — Afonso Bezerra
2.7 — LT — Lucrécia — Frutuoso Gomes
2.8 — LT — José da Penha — Luiz Gomes
2.9 — RD — João Câmara
2.10 — RD — Cerro Corá
2.11 — RD — Bom Jesus
2.12 — RD — José da Penha
2.13 — RD — Serra Negra do Norte
2.14 — RD — Afonso Bezerra
2.15 — RD — Frutuoso Gomes
2.16 — RD — Luiz Gomes

Desde o início de suas atividades a Empresa aplicou em suas Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição, exclusive Natal, os materiais abaixo especificados:

LINHA DE TRANSMISSÃO

Anos	N.º de Linhas	Extensão km	Postes	Cabos e condutores kg
1963	2	42,5	318	28.354
1964	2	38,87	264	28.857
1965	8	113,64	845	76.264
1966	8	140,47	1.056	101.041
1967	9	132,63	1.039	79.818
1968	12	152,755	1.027	55.813
1969	18	307,81	2.059	236.204
	59	928.675	6.608	606.351

REDES DE DISTRIBUIÇÃO

Anos	N.º de cidades	Postes	Quant. Transf.	Poten. total KVA	Cabos Cond. Prim. (kg)	Cabos Cond. Sec. (kg)
1963	3	586	11	495	2.367	5.455
1964	2	1.222	24	1.095	5.690	11.983
1965	9	2.778	52	2.700	14.576	25.753
1966	10	3.014	59	3.200	10.206	30.955
1967	11	1.946	44	1.845	7.023	20.877
1968	12	1.162	25	705	2.642	10.294
1969	17	2.577	49	1.470	6.419	40.978
	64	13.285	264	11.610	48.923	146.360

COMPRAS

Para poder executar o seu plano de obras e manter as suas Redes de Distribuição e Linhas de Transmissão funcionando em perfeitas condições técnicas, a Empresa desembolsou no exercício de 1969, a soma de NCr\$ 3.221.706,18 (três milhões, duzentos e vinte e um mil, setecentos e seis cruzeiros novos e dezoito centavos), na compra de postes de concreto, fios, condutores, transformadores, medidores, luminárias, veículos e outros materiais e equipamentos necessários ao serviço.

P E S S O A L

Ao encerrar-se o exercício de 1969, a Empresa conta com 648 (seiscentos e quarenta e oito) empregados, distribuídos pelos vários setores dos seus serviços.

PREVENÇÃO DE ACIDENTES

Compreendendo a necessidade de manter um padrão de segurança nas suas várias frentes de trabalho, inclusive a capital, a Empresa intensificou a ação do seu setor de Prevenção de Acidentes, levando diretamente ao seus empregados e operários ensinamentos preventivistas, bem como fornecendo-lhes todo o material de segurança indispensável, para esse fim. No exercício de 1969 foram registrados apenas 12 acidentes, de natureza leve.

CENTRO DE TREINAMENTO

O Centro de Treinamento de Eletricista de Natal — CETENA — deu continuidade aos seus trabalhos de formação de Auxiliares Técnicos de Engenharia e de Eletricistas de Redes e Linhas, tendo formado duas turmas de 12

alunos cada, com total aproveitamento dos seus integrantes nos quadros de serviços da Empresa.

ASSESSORIA JURÍDICA

Em todos os problemas com implicações de ordem legal, tais como, contratos, convênios, aplicação de novas leis e regulamentos, assuntos de pessoal, de ordem fiscal e, principalmente, nas ações ajuizadas contra a Companhia ou por ela, a Diretoria recebeu a orientação conveniente do seu setor Jurídico.

ASPECTOS ECONÔMICO E FINANCEIRO

A Empresa obteve no exercício de 1969, um resultado positivo de operação de NCr\$ 653.573,95, oriundo da aplicação das tarifas determinadas pela Portaria n. 253 de 27-12-68 e o programa de contenção de despesas adotado pela Diretoria. O "déficit" acumulado de NCr\$ 523.827,83, deverá ser anulado totalmente pelo resultado da correção monetária do ativo imobilizado, esperando-se que o resultado do próximo exercício apresente "superavit".

As despesas operacionais do exercício, com aumento de salários e energia comprada foram cobertas com aplicações de adicionais tarifários de acordo com a legislação em vigor.

BENS E INSTALAÇÕES

O ativo imobilizado em 1969 apresentou a seguinte evolução, em relação ao ano anterior:

Ativo imobilizado	13.648.983,38	18.715.215,66
Obras em Andamento	963.798,71	697.560,03
Correções Monetárias	6.371.773,49	6.720.139,61
	<u>20.984.555,58</u>	<u>26.132.914,70</u>

Aumento do Imobilizado NCr\$ 5.148.359,12 — 24,53%

T A R I F A S

No exercício de 1969, foram aplicadas aos consumidores de sua zona de concessão, as tarifas estabelecidas pela Portaria n. 253, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 27-12-68.

Foram ainda aplicados adicionais tarifários para fazer face às despesas de aumento de salário e energia comprada, todos autorizados pelo poder concedente.

R E C E I T A

Durante o exercício de 1969 foram obtidas as seguintes receitas de operação e extranhas à exploração:

	NCr\$
Receita de Operação	9.314.944,17
Outros Serviços	146.321,90
Receita Extranha à Exploração	16.649,06
	<u>9.477.915,13</u>

D E S P E S A

As despesas de exploração e extranhas à operação atingiram no ano a soma de NCr\$ 8.101.719,79, assim representadas:

	NCr\$
Despesas de Operação	7.001.811,66
Despesas Extranhas à Exploração	1.099.908,71
	<u>8.101.719,71</u>

FINANCIAMENTOS

Para que fôsse cumprido o plano de obras realizado no ano de 1969, esta Empresa recebeu em forma de financiamentos e convênios os valores abaixo discriminados:

	NCR\$
Governo do Estado	1.000.000,00
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — S U D E N E	356.000,00
Ministério das Minas e Energia	41.496,00

As parcelas recebidas do Fundo Federal de Eletrificação, relativas à participação do Governo do Estado e de diversos municípios, no valor total de NCR\$ 1.166.063,74, foram na sua maior parte destinadas ao pagamento às Centrais Elétricas Brasileiras — S|A — ELETROBRÁS de compromissos assumidos em decorrência da aquisição do acervo da Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil.

Em 31 de dezembro de 1969 a Companhia estava vinculada aos seguintes financiamentos:

COMPROMISSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Parte vencível à
Curto prazo Longo prazo

—Empréstimos contraídos pela antiga Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil cuja responsabilidade foi transferida à COSERN, perante às Centrais Elétricas Brasileiras — ELETROBRÁS, em 1968, em decorrência da aquisição do acervo da C F L N B—		
—Empréstimo de US\$ 111,965,10—com juros de 6% ao ano, resgatável em 39 parcelas semestrais entre 30 de junho de 1969 e 31 de dezembro de 1988	49.953	437.095
—Empréstimo de US\$		
474,840,99, com juros de 6,5% ao ano, pagável em 39 parcelas semestrais entre 30 junho de 1969 a 31 de dezembro de 1988	211.852	1.853.706
—Empréstimo de US\$		
70.608,41 com juros de 6% ao ano resgatável em 23 prestações semestrais entre 15 de setembro de 1969 e 15 de setembro de 1980	26.680	280.499
—Empréstimo de US\$		
160.361,01 com juros de 4,5% ao ano, resgatável em 17 parcelas semestrais entre 15 de dezembro de 1968 e 15 de junho de 1977	205.158	492.413
	NCR\$ 493.643	3.063.713

COMPROMISSOS EM MOEDA NACIONAL

—Empréstimo da Centrais Elétricas Brasileiras — Eletrobrás — com juros de 12% ao ano e correção monetária, resgatável em 40 parcelas

las trimestrais de 19 de outubro de 1971 a 19 de julho de 1981	5.450.000
—Recursos recebidos do Ministério das Minas e Energia com prazo de carência de até 7 anos, resgatável em 20 anos, vencendo juros de 6% ao ano durante o período de carência passando depois a 8% ao ano	1.939.957
Juros sobre os recursos acima	349.647
—Financiamento da Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste CERNE com juros de 10% ao ano, resgatável em parcelas mensais entre dezembro de 1970 e novembro de 1984	72.000
	NCR\$ 7.811,604

TRIBUTOS ARRECADADOS

Foram arrecadados, por conta de poderes públicos e de entidades afins, e recolhidos aos setores interessados, os seguintes tributos:

	NCR\$
Imposto Único sobre Energia Elétrica ..	565.166,71
Empréstimo Compulsório à Eletrobrás ..	592.204,04
Cota de Previdência	747.299,87
	TOTAL
	1.904.670,65

AGRADECIMENTO

Ao final deste exercício, a Administração da Companhia sente-se no dever de ressaltar, e o faz com satisfação, a dedicação dos seus funcionários, técnicos e administrativos, colaboradores e trabalhadores, de todas as categorias, graças aos quais foi possível o cumprimento de seu programa.

ma.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao Governador Monsenhor Walfredo Gurgel, a Empresa registra um voto especial de gratidão e reconhecimento, pela colaboração efetiva e decidida com que distinguiu esta Companhia, não obstante as limitações financeiras do Estado,

Natal, 20 de maio de 1970.

RÔMULO GALVÃO
Diretor-Presidente

WOBER LOPES PINHEIRO
Diretor-Comercial

HOMERO BARROS DE ANDRADE
Diretor-Técnico

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1969

A T I V O

IMOBILIZADO:		
Custo —		
Bens e instalações de serviço	18.577.016,78	
Outros bens e instalações	138.198,28	18.715.215,06
Correção Monetária do ativo imobilizado	6.720.139,61	
Diferença cambial não realizada	388.526,89	7.108.666,50
		25.823.881,56
Reserva para depreciação	(1.374.187,61)	
Correção monetária da reserva	(906.719,88)	(2.280.907,49)
		23.542.974,07
DISPONÍVEL:		
Bancos		1.190.270,83
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO:		
Contas a receber-exercícios anteriores-Geral	34.770,39	
Federais, estaduais e municipais	628.994,17	663.764,56
Contas a receber-exercício corrente Geral	2.285.668,98	
Federais, estaduais e municipais	572.836,60	2.858.505,58
		3.522.270,14
Reserva para devedores duvidosos		(110.445,25)
Reserva especial		(167.000,00)
		3.244.824,89
Devedores diversos		82.322,67
Depósitos especiais ou caucões		640,07
		3.327.787,63
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:		
Subvenção tarifária	472.458,19	
Reserva para possíveis perdas	(91.977,18)	380.481,01
Almoxarifado, ao custo		2.966.919,96
FGTS — não optantes		225.980,49
		3.573.381,46
INVESTIMENTOS:		
Inversões na Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte — TELERN — Ações, ao custo	525.776,49	
Conta corrente	436.889,46	962.665,95
		13.309,75
Títulos de renda geral, ao custo		975.975,70
		(66.000,00)
Reserva especial		909.975,70
PENDENTE:		
Débitos em suspenso	161.830,37	
Obras em andamento ao custo	856.133,20	
Caução de consumidores	103.699,60	1.121.663,17
		33.666.052,86
COMPENSAÇÃO:		
Caucões da diretoria		150,00
Taxa de iluminação pública cobrada em Natal		8.412,29
Deficiência de aumento salarial-acôrdão em 31.10.68		146.627,94
Deficiência de energia comprada		49.109,93
Contas de resultados a compensar		5.188.372,00
		39.058.725,02

NCR\$ 39.058 725,02

PASSIVO

INEXIGÍVEL:

Contas de Patrimônio		
Capital (Nota 3)		10.520.442,00
Fração da correção monetária do imobilizaço		240.502,24
Adiantamentos para aumento de capital		6.537.228,66
Reserva para reversão		342.452,69
Déficit acumulado		(523.827,83)
<hr/>		
Total das contas de patrimônio		17.116.797,76
<hr/>		
Reservas —		
Reserva para eventualidade		12.690,35
Outras reservas		216,58
<hr/>		
		12.906,91
<hr/>		

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO:

Contas a pagar —		
Geral	1.623.647,53	
Centrais Elétricas Brasileiras — Eletrobrás	120.143,05	1.743.790,58
<hr/>		
Dívida a longo prazo vencida		109,85
Indenizações trabalhistas		40.207,00
Juros em curso — Centrais Elétricas Brasileiras — Eletrobrás		293.660,53
Outros créditos correntes		516.027,56
<hr/>		
Dívidas a longo prazo — Centrais Elétricas Brasileiras — Eletrobrás (Nota 2)		493.643,58
<hr/>		
		3.087.439,10
<hr/>		

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:

Subvenções adiantadas pelos consumidores		380.481,01
FGTS — não optantes		225.980,49
Dívidas a longo prazo (Nota 2) — Centrais Elétricas Brasileiras — Eletrobrás		
Moeda estrangeira	3.063.712,77	
Moeda nacional	7.739.603,81	
Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste — CERNE	72.000,00	10.875.316,58
<hr/>		
		11.481.778,08
<hr/>		

PENDENTE:

Créditos em suspenso	455.351,35	
Auxílios para construção	1.408.201,92	
Depósitos de consumidores	103.577,74	1.967.131,01
<hr/>		
Subtotal		33.666.052,86
<hr/>		

COMPENSAÇÃO:

Ações caucionadas da diretoria		150,00
Taxa de iluminação		8.412,29
Compensação de deficiências — salários		146.627,94
Compensação de deficiências — energia comprada		49.109,93
Compensação de deficiências — contas de resultado a compensar		5.188.372,00
<hr/>		

NCr\$ 39.058.725,02

Natal, 31 de dezembro de 1969

RÔMULO GALVAO
Diretor-Presidente

JESUS DE OLIVEIRA CAMPELO
Contador — Pe. — 1593 "S" — RN

WOBER LOPES PINHEIRO
Diretor-Comercial

DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO E DE LUCROS E PERDAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1969

RENDA BRUTA DE EXPLORAÇÃO:

Receita de exploração —		
Serviços de Eletricidade	9.314.944,17	
Outros serviços	146.321,90	9.461.266,07
	<hr/>	
Despesas de exploração —		
Serviços de eletricidade		7.001.812,90
		<hr/>
		2.459.455,07
		<hr/>

DEDUÇÕES DA RENDA BRUTA DE EXPLORAÇÃO:

Quota para depreciação		722.621,47
		<hr/>
		1.736.833,60

RENDA ESTRANHA A EXPLORAÇÃO:

Aluguel e arrendamento de outras propriedades	4,80	
Juros	4.035,19	
Outras receitas	12.609,07	16.649,06
	<hr/>	
Subtotal		1.753.482,66

DESPESAS ESTRANHAS A EXPLORAÇÃO:

Juros sobre dívidas a longo prazo	945.422,47	
Diversas despesas	22.318,57	
Comissões e taxas sobre empréstimos	118.973,48	
Impostos e taxas	9.523,54	
Prejuízos na venda de imobilizados	3.670,65	1.099.908,71
	<hr/>	
Lucro líquido do exercício		653.573,95

LUCROS E PERDAS DE ANOS ANTERIORES:

Prejuízo acumulado em 31.12.68	(1.218.226,05)	
Ajustes referentes a anos anteriores	40.824,27	(1.177.401,78)
	<hr/>	

DEFICIT ACUMULADO EM 31.12.69 NCr\$ 523.827,81

RÔMULO GALVÃO
Diretor Presidente

WOBER LOPES PINHEIRO
Diretor Comercial

JESUS DE OLIVEIRA CAMPELO
Contador — Pe. 1593 "S" — RN

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — COSERN, reunidos nesta data, examinaram detidamente o Relatório o Balanço, a Conta de Lucros e Perdas e os atos da Diretoria da mesma Empresa, referente ao exercício de 1969, verificando a regularidade de todos esses documentos.

Foram examinados, ainda, os tópicos referentes aos débitos a que estão vinculados a TELERN (NCr\$ 436.889,46) e a Prefeitura Municipal de Natal (NCr\$ 461.491,96), das quais está sendo aguardada a competente confirmação. Os débitos em causa re-

ferem-se, o primeiro, à transação relativa à aquisição do acervo da CFLNB, operação na qual o serviço telefônico foi transferido à TELERN, e o segundo, a contas da edilidade natalense.

Tudo foi encontrado em boa ordem, em face do que este Conselho recomenda à Assembleia Geral a aprovação dos aludidos documentos e atos da Diretoria, referentes ao exercício de 1969.

Natal, 12 de junho de 1970
ULISSES CELESTINO DE GÓIS
RÔMULO XAVIER BARBOSA
FELIPE NERI DE ANDRADE

**PARECER DOS AUDITORES
EXTERNOS**

Examinamos o balanço geral da COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE — COSERN, levantado em 31 de dezembro de 1969 e a respectiva demonstração das contas de resultado e de lucros e perdas referente ao ano findo naquela data. O nosso exame foi efetuado de acordo com as normas usuais de auditoria e, conseqüentemente, incluiu as provas nos livros de escrituração e outros processos técnicos de comprovação que consideramos necessários nas circunstâncias, exceto que não recebemos confirmação da Prefeitura Municipal de Natal, de NCr\$ 461.491,96, referente a adiantamentos para diversos fins, nem da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte — TELERN, de NCr\$ 436.889,46, referente ao saldo em conta corrente.

Em vista da situação inflacionária que tem existido no país, em nossa opinião, as demonstrações financeiras devem ser apreciadas considerando-se o efeito das distorções causadas pela inflação. Com o fim de demonstrar parte do efeito da inflação em suas demonstrações financeiras, a Companhia efetuou correções monetárias das contas do ativo imobilizado e respectivas reservas para depreciação, de acordo com os coeficientes estabelecidos para correções monetárias efetuadas durante 1969, pelo Ministério do Planejamento, e consignou no resultado do exercício, uma parcela de depreciação, aplicável ao aumento das contas do ativo imobilizado decorrente da correção

monetária. Adicionalmente, em 1968, o ativo imobilizado referente aos serviços de eletricidade na cidade de Natal, adquirido da Companhia Fôrça e Luz Nordeste do Brasil com financiamento da Centrais Elétricas Brasileiras S/A, — Eletrobrás, naquele ano, foi objeto, de acordo com os termos da escritura pública de compra e venda, cessão de créditos e mútuo, de uma correção monetária antecipada.

Em nossa opinião, com excessão do possível efeito dos ajustes que poderiam ter sido necessários se fôssem recebidas confirmações da Prefeitura Municipal de Natal e da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte — TELERN, acima referidos, o balanço geral anexo e a respectiva demonstração das contas de resultado e de lucros e perdas refletem com propriedade e posição financeira da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — COSERN, em 31 de dezembro de 1969 e os resultados de suas operações referentes ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados em bases uniformes em relação às do ano anterior.

Natal, Rio Grande do Norte,
22 de maio de 1970
ARTHUR ANDERSEN & Co.
CRC GB—8 "S" RN
Sócio Responsável
L. U. NASCIMENTO
CRC GB — 16.195 — S \ RN

CONTRIBUINTE DAS LETRAS DE 'A' a 'J'

**PODEM PAGAR, AGORA, OS SEUS IMPOSTOS
PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (Exercício 1970)**

A Tesouraria da Prefeitura já está recebendo, no expediente de 12:30 às 17:00 horas.

- Pagarão os mesmos impostos de 1967.

Portanto, já tivemos 2 anos de bonificação.

Prefeitura Municipal de Natal
- SECRETARIA DAS FINANÇAS -

Homens & Empresas

AGROPECUARIA SEM VEZ

Na impressão do engenheiro José Nilson de Sá, Presidente da Federação das Indústrias, a agropecuária não mais terá vez na Sudene. E ele explica: "A construção da rodovia transamazônica será feita com a parte (30%) de recursos do 34/18 que, normalmente, era aplicada na agropecuária nordestina e que até agora não apresentou a rentabilidade desejada. O Governo, então, tomou ao seu encargo a aplicação mais vantajosa para essa parcela de recursos, idealizando a construção da transamazônica, obra que revolucionará a economia brasileira e trará grandes benefícios ao Nordeste. Acho que não faltarão recursos do 34/18 para a industrialização por causa da transamazônica, mas sei que dificilmente serão aprovados pela Sudene novos projetos agropecuários".

Vale frisar que o engenheiro José Nilson de Sá participou da reunião dos ministros Delfim Neto, Reis Veloso, Cirne Lima, Maria Andreazza e Costa Cavalcanti com líderes empresariais de todo o Brasil, para debater o projeto da transamazônica. Também participou em Recife de uma reunião promovida pela Sudene com empresários sobre o mesmo tema, como único representante do Rio Grande do Norte.

Por último, José Nilson disse que a única oposição que existe à construção da grande estrada transamazônica parte do Banco do Nordeste. A Sudene apoia o projeto sem reservas.

A BOLSA CRESCE

Breno Fernandes, Presidente da Bolsa de Valores, informa que a venda de títulos e ações está crescendo mês a mês. E fornece os números: movimento da Bolsa em abril — Cr\$ 72.632,43; em maio — Cr\$ 56.204,24 (neste mês a BV vendeu somente ações, daí a redução do movimento); em junho, até o dia 22 — Cr\$ 133.297,55. As tendências do mercado de Natal são cada dia melhores.

SERVULO CANDIDATO

Sérvulo Pereira, minerador responsável por uma grande parcela da produção de scheelita do Rio Grande do Norte, disputará uma cadeira na Assembléia Legislativa, contando com apoio de alguns deputados que não vão pleitear a reeleição. Sérvulo afirma que defenderá o aproveitamento das nossas incalculáveis riquezas minerais.

MARIO PORTO E O CÓDIGO

O desembargador Mário Moacyr Porto, Diretor-Presidente da Mineração Tomaz Salustino, esteve presente à Reunião Setorial de Mineração, em Minas Gerais, semana passada, como único representante do Rio Grande do Norte. No conclave, ele voltou a fazer suas reivindicações ao Governo, todas no sentido da modificação do Código de Mineração em vigor. Uma das reivindicações pede a igualdade de condições para mineradores nacionais e estrangeiros na exploração de jazidas. Outra, pede reforma para o princípio de que quem primeiro requerer a exploração de recursos minerais fica com todos os direitos sobre

as jazidas. Acha Mário Porto que esse princípio só seria válido à época do Brasil Colônia, não agora.

SITEX EM NOVEMBRO

A Sitex, indústria de etiquetas para confecções, já concluiu a captação de todos os recursos necessários à implantação do projeto. Até agosto a Sudene terá liberado 500 mil cruzeiros para a conclusão da fábrica e montagem das máquinas, o que permitirá o seu funcionamento em novembro. A Sitex tem como diretores Hemetério Gurgel e Paulo Rodrigues Bulhões. O escritório da empresa está funcionando no Edifício São Miguel, sala 4.

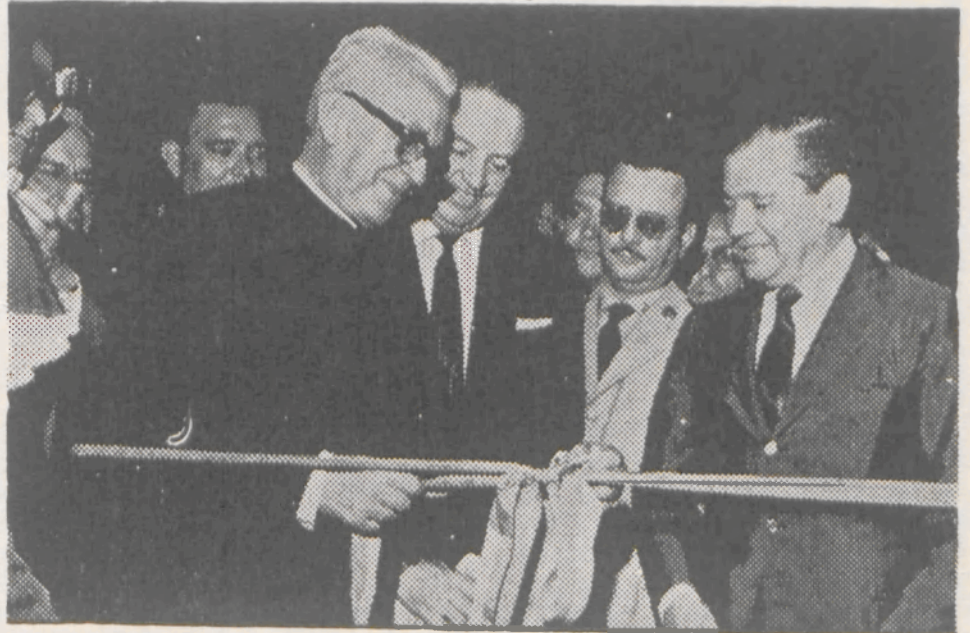


Foto colhida na inauguração da agência do Banco do Estado de São Paulo em Natal. Juntos, o Governador Abreu Sodré e o seu colega do Rio Grande do Norte, monsenhor Walfredo Gurgel.

TRANSAMAZONICA

A concorrência para os primeiros trechos da grande rodovia transamazônica será realizada até o final de julho. Somente participarão dela firmas de construção com capital superior a 15 milhões de cruzeiros. Do Norte e Nordeste, a única em condições de participar é a Empresa Industrial Técnica, que tem como Presidente o engenheiro José Nilson de Sá. A EIT pleiteara a construção de 600 quilômetros dessa estrada.

POSIÇÃO DE HENIO

O Presidente da Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte, Hênio Melo, é contra a investida feita aos artigos 34/18, no caso da estrada transamazônica. Diz Hênio que, embora o projeto da transamazônica seja importante para o desenvolvimento econômico nacional, é um erro querer executá-lo às custas do Nordeste.

DINARTE MARIZ

O senador Dinarte Mariz deverá pleitear à Sudene o maior financiamento para projeto agropecuário do Rio Grande do Norte. Informa-se que ele já determinou a realização de estudos para a elaboração do projeto e que será feita a unificação de todas as propriedades rurais dele e de seus familiares para servirem de área para o grande empreendimento. A grosso modo, calcula-se que o financiamento a ser solicitado à Sudene não será inferior a 20 milhões.

GUARARAPES EM SAO PAULO

Até o final de julho a Guararapes inaugurará sua nova fábrica, em São Paulo, com uma área coberta de 13.500 metros quadrados. Toda a produção da nova fábrica será destinada à exportação, principalmente para os Estados Unidos, enquanto a fábrica de Natal continuará produzindo para o mercado interno. Por outro lado, Nevaldo Rocha já está pensando no início da construção de outra fábrica no México.

Inseminação artificial pode melhorar nosso rebanho



Com 20 cruzeiros, os criadores do Rio Grande do Norte poderão ter em suas fazendas bezerros filhos de um touro dos Estados Unidos que tem preço estipulado em 1 milhão e 200 mil cruzeiros. Estes e muitos outros reprodutores “provados superiores” — touros cujas filhas (no mínimo 30) tenham superado suas mães, tanto na produção de leite, como na de carne — têm seus sêmens utilizados no enxerto artificial de vacas em diversas partes do mundo.

Os resultados obtidos são considerados excelentes. Em uma fazenda de São Paulo a produção média do rebanho leiteiro era de nove litros por vaca. Com o processo de inseminação artificial, na terceira geração, a produção de leite média ficou em 25 litros por vaca.

Vantagens — Para a venda do sêmen artificial do touro provado superior, o reprodutor passa por 24 exames de saúde, realizados por veterinários que verificam se o animal é portador de brucelose, tuberculose, leptospirose ou qualquer doença da reprodução (venérea) e, caso haja a constatação de qualquer uma delas, o sêmen deste animal não poderá ser vendido.

O processo da inseminação artificial garante que cinco ou seis anos após a primeira inseminação se terá um rebanho de primeira linha, sendo todos os os animais descendentes de touro sangue puro, “provado superior”.

Pela inseminação artificial têm-se condições de saber se uma vaca está ou não fecundada, sendo controlados os nascimentos de bezerros, o que não é possível através de monta natural ou cobertura por reprodutor.

Para a inseminação o rebanho deve ser examinado por veterinário, todas as matrizes, como também devem ser eliminadas da criação as vacas que apresentem qualquer defeito e que não garantam o rendimento esperado, de acordo com o processo.

Melhoramentos — Através da inseminação artificial atinge-se a correção e melhoramento de defeitos que, por acaso, existam nas matrizes do rebanho. Para o caso de vacas que tenham pequena estatura há reprodutores classificados para a correção destes defeitos. O mes-

mo acontece para as matrizes que apresentem defeitos na cauda, garupa, úberes posterior e dianteiro, pernas, pés e cascos, tétas ou em suas características leiteiras.

Feita a análise do rebanho, o veterinário apresenta um relatório contendo todos os dados relativos aos problemas que deverão ser resolvidos através da inseminação as gerações futuras. Os dados são enviados para a firma que vende as partidas de sêmen — no caso a American Breeners Service — Os dados são introduzidos em um computador que imediatamente responde sobre o sêmen de qual reprodutor deverá ser empregado para a correção de tais defeitos. Por exemplo: se o caso for o tamanho das vacas há os touros Promis, Pride, Premier, Climax, Model, Hansel, Intensifier, Hagen e Ken. A aplicação do sêmen destes animais resulta na correção deste defeito.

Sêmen Sexado — Possivelmente em julho, em Natal, a Comercial Paula Cabral já tenha recebido partidas de sêmen sexado. Com a utilização deste pode-se garantir um rendimento de por exemplo, 90 por cento de fêmeas ou machos para um rebanho.

Caso o criador queira aumentar o número de matrizes de seu rebanho será suficiente comprar uma partida de sêmen onde esteja garantido o maior número de fêmeas nos nascimentos com a aplicação deste novo tipo.

Caso se pretenda o aumento do número de machos será suficiente a compra de sêmen que garanta tal resultado.

Aplicação Fácil — O sêmen é vendido em ampolas — plásticas ou vidro — acondicionadas no interior de botijões de alumínio ou aço, contendo nitrogênio líquido à temperatura de 196 graus abaixo de zero podendo ser guardado por tempo indeterminado para aplicação no rebanho.

O trabalho de inseminação pode ser realizado inclusive pelos vaqueiros da propriedade desde que instruídos pelo veterinário. A Comercial Paula Cabral treina os vaqueiros na fazenda Califórnia, município de São Gonçalo. O veterinário será necessário apenas para o exame ginecológico do rebanho que se pretende inseminar.

Custos — A inseminação de um rebanho de 50 vacas, incluindo todos os gastos — vão desde a compra do sêmen, do material para aplicação botijão de 50 ampolas, diagnóstico ginecológico do rebanho — atinge 3 mil cruzeiros. Um preço relativamente baixo, sem se considerar o valor aquisitivo de um reprodutor de alta linhagem, mas observando-se os gastos com construção de estábulo, reparação frequente, alimentação — forragens verdes, ração e silagem, vitaminas, sais minerais — doenças — remédios, veterinário, mão de obra. Agora inclua-se aí o preço de um reprodutor de boa linhagem que não está por menos de 4 mil cruzeiros.

Banco do Rio Grande do Norte S/A

— BANDERN —

De apenas uma agência do Bandern no interior em 1965, hoje, contamos com seis: Mossoró, Caicó, Macau, Parelhas, Patu e Lages.

Nossa participação no desenvolvimento econômico do Estado é uma realidade, basta confrontar os dados abaixo:

	1 9 6 5	1 9 6 9
Capital	175.000,00	3.000.000,00
Depósitos	2.000.000,00	17.000.000,00
Empréstimos	2.300.000,00	35.000.000,00
Aplicações da Carteira Rural	320.000,00	7.700.000,00
Aplicações do Departamento Industrial, criado no Governo Monsenhor Walfredo Gurgel		13.938.393,00

JULHO — 18

Anote: às 10 horas do dia 18 de julho —
inauguração da Nova Casa Porcino.

Rua João Pessoa 209

DALTON M. ANDRADE

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas

Uma das maiores dificuldades que enfrentam os empresários no Nordeste, principalmente os nordestinos, é a relacionada com a captação dos recursos provenientes dos arts. 34/18.

Rápida análise dessas dificuldades permitem relacionar as seguintes:

1 — Custo elevado

Embora seja difícil de comprovar, dado as peculiaridades normais nesse tipo de transação, há comentários que alguns investidores, especialmente no setor agropecuário, têm pago ágio de até 20%; além disso, normalmente têm que pagar uma comissão às empresas especializadas em captação; a qual gira em redor de 5%.

2 — Dificuldades de contato com os depositantes

Outro grande problema, que pesa sobre o modo na pequena e média empresa nordestina, quase com exclusividade. É difícil, senão impossível, ao pequeno e médio empresário, deixar sua cidade e dirigir-se ao Sul a fim de captar recursos (e lá encontram em sua maior parcela), sem conhecimentos daquela região e suas empresas, com gastos elevados em transporte, estadia, etc. Esta, ainda, sujeito a um fracasso, na sua tentativa de captação, por ser, afinal de contas, totalmente desconhecido. Tem, pois, que confiar nas empresas especializadas.

3 — Preferência dos depositantes por empresas tradicionais

Não é preciso muitos argumentos para convencer alguém de que isso realmente ocorre. Basta examinar ligeiramente as indústrias que vêm se instalando no Nordeste, e verifica-se que há uma concentração de recursos em empresas oriundas do Sul do país. Logicamente, qualquer investidor procurará, ao empregar os seus capitais, aplicá-los naquela empresa que lhe ofereça maior confiança e maior oportunidade de lucro, embora, pelo menos teoricamente, todas as empresas no Nordeste, aprovadas pela SUDENE, ofereçam as mesmas condições de sucesso. Todas tiveram os seus projetos analisados e aprovados. Esse investidor, naturalmente, irá colocar os seus recursos nessas empresas, que são maiores e mais conhecidas delas, o que causará um desequilíbrio em relação às empresas de origem nordestina, e às novas, desconhecidas.

4 — Preferência dos depositantes por investimentos elevados

As possibilidades de sucesso de uma grande empresa são normalmente maiores do que as de uma pequena. Lógico, também, que o investidor, corretamente

preocupado na maior rentabilidade e segurança de seus capitais, investirá preferencialmente na grande empresa. Do ponto de vista social porém, e do Nordeste, em particular, esse raciocínio traz uma concentração discriminatória de capitais nas grandes empresas; as pequenas, ficam sem investidores suficientes e conseqüentemente sem possibilidade de funcionamento, a não ser a longo prazo dificultando sua sobrevivência.

5 — Preferência dos depositantes por empresas localizadas em áreas de grande mercado e de infraestrutura já existente

Natural que tal preferência exista, pelos mesmos motivos anteriormente apresentados. Daí a concentração existente nos grandes centros nordestinos, em prejuízo dos centros menos desenvolvidos, o que está causando um desnível dentro do próprio Nordeste.

6 — Desejo dos depositantes em incluir nas empresas onde investem

Inegavelmente, haverá sempre uma tendência do investidor em procurar influir nas empresas onde empregar os seus recursos. Isso ocorrerá, com maior intensidade, nas pequenas empresas, especialmente se conseguirem capitais de alguma grande companhia, o que virá criar futuros problemas administrativos, dando mesmo possibilidade a que, com o tempo, venha a ser absorvida.

7 — Problemas de ordem burocrática

É este um problema real, por mais que se o procure negar, e dizer que estão simplificados os processos de liberação dos recursos captados. Diminuíram, sem dúvida, as dificuldades iniciais; no entanto, a própria estrutura do processamento é ainda complicada e sujeita a demoras.

Os prejuízos que os vários obstáculos acima apontados trazem, especialmente às áreas menos desenvolvidas dos pequenos Estados nordestinos, e seus pequenos e médios empresários, são evidentes. Todos os que lidam e conhecem o problema são concordes nesse ponto; além do mais, a concentração de empresas nas áreas de Recife, Fortaleza e Salvador é chocante.

Há, portanto, presença de se possibilitar essa descentralização, permitindo a distribuição equitativa dos recursos disponíveis por todo o Nordeste, em função apenas da iniciativa de cada região e a todos oferecendo as mesmas oportunidades.

Várias medidas são necessárias. Há, porém, uma providência que muito possibilitaria essa igualdade de oportunidade

des, no setor mais importante, o da disponibilidade e distribuição de recursos.

Seria essa providência a criação, pela SUDENE, de um fundo especial de participação, à exemplo dos fundos de tipo CRESCINCO, SAFRA, e outros, com os recursos oriundos dos arts. 34/18.

Esse organismo, que poderia ser chamado de FUNDO NORDESTE, operaria dentro da mesma sistemática dos fundos citados. Ao efetuarem os seus depósitos nos Bancos, para constituição do 34/18, os contribuintes recebem um comprovante; esse recibo seria levado ao tornaria todos os depositantes acionistas Fundo, e trocado por suas ações. Isso do Fundo. Os empresários que pretendessem instalar indústrias na região, após terem seus projetos aprovados pela SUDENE, estariam automaticamente credenciados a receber investimentos dos arts. 34/18 através do Fundo, mediante a simples troca de suas ações preferenciais, sem qualquer onus financeiro (a não ser os normais de 12h ao ano de ações preferenciais entregues). Essa troca de ações seria realizada dentro do cronograma de aplicação aprovado no Projeto, e após auditoria da aplicação correta dos capitais anteriormente liberados.

Um Fundo desse tipo poderia ser criado como um órgão independente, com diretores indicados pela SUDENE, BNB e seus acionistas; ou poderia ser uma entidade subordinada e dirigida pela SUDENE; ou, ainda, pelo BNB.

As vantagens operacionais de um Fundo desse tipo seriam enormes, e enumeramos as principais:

1. o empresário teria um único organismo a quem se dirigir, em vez um número ilimitado de empresas espalhadas por todo o Brasil;
2. não teria, ainda, nenhum custo financeiro para a captação de recursos, já que não iria pagar ágios ou contratar empresas especializadas para esse fim;
3. simplificação do processo para aquisição dos recursos, reduzido à simples troca das ações pelo dinheiro.
4. eliminação da referência do depositante por essa ou aquela região, essa ou aquela empresa, a qual é hoje motivada apenas pelo desejo de maior segurança que procura ter no seu investimento;
5. a eliminação da preferência do depositante é substancialmente compensada pela maior segurança que terá, pois sendo acionista do Fundo, e não de uma empresa única, distribuirá o

risco que assumirá totalmente numa só empresa por todas as empresas que se estabelecerem no Nordeste com recursos oriundos do 34/18, o que lhe assegurará garantia total.

O depositante, especialmente o pequeno depositante, enfrenta o mesmo problema que o do pequeno e médio captador de recursos tem para encontrá-lo; tem ele que encontrar o empresário captador. Em consequência, muitas vezes perde o seu depósito, por não o ter aplicado em tempo. Não terá mais problema em investigar a empresa em que vai colocar os seus recursos e não precisará distribuir os seus recursos entre várias companhias, em busca de segurança. Esses problemas desaparecerão com as facilidades e garantias oferecidas pelo Fundo.

Argumentos contrários ao Fundo surgirão, e embora nos tenhamos preocupado em identificar o maior número possível, vimos apenas alguns que mereceram maior atenção.

O principal, e muito citado, é o de que haveria interferência no direito do investidor escolher aonde deseja colocar o seu dinheiro. Esquecem-se os que assim argumentam de Lei que, na realidade, esse dinheiro é originário do imposto de renda não pago. É uma liberalidade do Governo Federal, sendo portanto, relativa a propriedade desses recursos, evidente, inclusive, quando o Governo determina as áreas onde podem ser aplicados. Esquecem-se, ainda, das vantagens oferecidas em troca dessa aparente interferência na "propriedade privada", maior segurança e facilidade na aplicação dos recursos.

Uma outra forma de compensação dessa pseudo-interferência seria a permissão de que participassem na administração e orientação do Fundo, através de representantes em sua Diretoria. Esses representantes poderiam ser indicados pelos órgãos de classe dos depositantes.

Outro possível argumento seria com respeito às despesas com a organização e administração do Fundo. Mas terá ele renda própria, ou seja, o lucro das empresas onde irá investir, que financiará suas despesas. O saldo líquido será o distribuído com os depositantes acionistas do Fundo.

A experiência e a confiança adquirida pelos Fundos privados desse tipo, tanto nos meios empresariais como particulares, demonstram sua completa viabilidade e total sucesso. Isso permitiria, inclusive, que os recursos oriundos do Dec. Lei n.º 157, no Nordeste, fossem também investidos por intermédio desse Fundo.

O sucesso desses organismos do mercado de capitais, tanto no Brasil como no mundo, permitem afirmar que a instituição de um Fundo semelhante para aplicação dos recursos dos arts. 34/18 terá amplo sucesso e aceitação.

Os detalhes operacionais de um organismo desse tipo, que não caberiam aqui, são simples, e podem ser facilmente elaborados, em função da vivência existente.

No Rio Grande do Norte o custo de vida é dose para "elefante"

De janeiro até o final de maio, de acordo com dados fornecidos pela Sunab, os preços dos gêneros alimentícios, em Natal, variaram na seguinte escala: açúcar e óleo de amendoim subiram em 3%; farinha de trigo, ovos e batata doce, em 10% o arroz e o óleo de caroço de algodão tiveram um aumento de 4%; a batata inglesa teve um acréscimo de 5,5%; galinha e carne de porco subiram em 8%; farinha de mandioca sofreu um aumento de 2%; o milho de 13%; a manteiga a granel de 1%; a carne de boi subiu de 15%; enquanto o macarrão com um aumento de 26% e o tomate com 50% foram os maiores aumentos verificados no período. Com exceção do leite e café que têm preços controlados o único produto para o qual os preços se mantiveram mais ou menos constantes foi o feijão. Em termos de diminuição de preços, a manteiga enlatada caiu em 1,4% o gerimum em 17%; a cenoura em 18%; e a laranja e a banana em quase 25%.

As maiores altas verificadas foram nos preços do tomate que em janeiro custava 80 centavos o quilo e, agora, está ao preço de 1,20. As menores altas foram para a manteiga a granel que, custando 6,20 o quilo, em janeiro, no mês de maio se encontrava ao preço de 6,22.

POR QUE ASSIM ?

Principalmente para os produtos da agropecuária, as variações de preços têm uma explicação simples: Natal é um centro essencialmente consumidor não produzindo sequer 20% dos gêneros alimentícios de que necessita para o seu abastecimento, segundo estudos realizados pela Secretaria de Agricultura e Sunab. Isso mostra a dependência em que o natalense vive com relação a outras regiões de onde provêm os produtos que integram o seu padrão de consumo diário. Tal fato explica também a natureza da oscilação de preços o que, além de ser comum aos produtos primários, é agravada pelos custos de transpor-

tes desde outras regiões do Estado e de outros Estados distantes até nossa Capital. Dependendo também dos intermediários que vão aos produtores à procura de gêneros para o nosso abastecimento, o comércio de alimentícios em Natal é pressionado, fortemente, por uma constante variação de preços, geralmente em sentido ascensional. Natal não dispõe de uma central de abastecimento que ofereça condições de conservação dos produtos, e a sua rede de mercados é insuficiente ao sistema de comercialização. Por isso os produtos que vêm de fora são oferecidos a preços baixos, algumas vezes, quando trazidos em grandes quantidades e não podendo serem estocados para comercialização futura, desestimulando também o intermediário e, muitas vezes, o próprio vendedor que não pretenderá continuar vendendo com prejuízo e terminará abandonando o ramo. Diminuindo o número de intermediários e vendedores, noutras ocasiões os produtos são vendidos a preços altíssimos, de par com as quantidades reduzidas em que são trazidos à praça. Frutas e outros produtos horti-granjeiros em sua quase totalidade provêm de outras regiões do Estado e de Estados vizinhos e, às vezes, distantes; o gado para o corte vem dos Estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais; além de outros tipos de produtos que não sendo aqui produzidos, ou o sendo em pequena escala, têm de ser importados de longas distâncias, deixando implícitos os altos custos de transportes e comercialização que vão concluir em altos preços de mercado.

Mesmo a pequena parte dos produtos aqui produzidos tiveram seus preços elevados nos últimos meses, por causa da redução de sua produção em decorrência das estiagens. As chuvas não caíram nas estações regulares e alguns produtos nossos, necessários ao regime alimentar do natalense, têm chegado ao mercado em quantidades reduzidas e com grande alta nos preços. Pode ser que alguns produtos, como

aconteceu com a banana no período de janeiro a maio, apresentando uma queda brusca nos preços quando, obrigados a vender toda a produção imediatamente após a colheita por não terem acondicionamento ou estabelecimentos à altura, os produtores provocaram a saturação do mercado. Para os técnicos da Sunab, o fator que mais contribuiu na instabilidade de preços dos gêneros alimentícios em Natal é a ausência de uma central de abastecimento dotada de todas as instalações e equipamentos necessários. No decorrer desses quatro meses em que foram observadas as flutuações de preços, houve produtos que, embora tendo grandes altas em todo o período considerado, tiveram baixas sensíveis, como o tomate que no mês de janeiro sendo encontrado ao preço de 80 centavos o quilo sofreu uma redução para 74 centavos no mês de março, tendo, entretanto, atingido maio com um preço de 1,20 cruzeiros correspondente a um aumento de 50% no período. Essa queda de preço do tomate se deu em face de grandes carregamentos importados que, não tendo meios de armazenamento e conservação para posteriores vendas, foram ofertados por preços mais baixos do que os correntes.

“Se é inevitável a nossa dependência de outros Estados para o suprimento de produtos alimentícios e, evidentemente, o custo de transportes, só através de um equipamento comercial, com melhores canais de armazenamento e distribuição, será possível o corte percentual de custos ou, ao menos, evitar que eles aumentem de forma a pesar no orçamento do consumidor” — dizem os técnicos da Sunab em recente estudo realizado sobre a necessidade de uma central de abastecimento para Natal. E há razão nessa afirmação porque, como defende o Professor John Mellor, autor do livro PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, “as deficiências dos canais de comércio resultam em altos preços para a população urbana, sendo a organização de meios de comércio necessária para apropriar o produto no tempo e no lugar onde se acha o consumidor sem alterações em suas condições naturais”.

Anunciar em
RN - Econômico
dá prestígio...
e muito lucro!
Esta revista é
lida por gente
importante que
PODE COMPRAR
o que V. anuncia

Fotocópias
Fotografias 3 x 4
(em 15 minutos)
J a e c í

A Gráfica Manimbu tem um excelente parque gráfico. E faz milagres com tinta, papel e tipos.

Quem diria que a revista RN-ECONÔMICO é impressa em Natal?

Pois somos nós que a imprimimos.

Gráfica
Manimbu

Rua Açú, 666-A
Natal — RN

Editora **RN-Econômico Ltda.**

Diretor de Redação

Marcos Aurélio de Sá

Diretor Administrativo

Marcelo Fernandes

Diretor Comercial

Cassiano Arruda
Câmara

Redatores

Alcimar de Almeida
Hélio Cavalcanti

Colaboradores

Ademar de Medeiros Netto
Benivaldo Azevedo
Cortez Pereira
Dalton Melo
Edgar Montenegro
Eider Furtado
Francisco C. Queiroz
Geraldo José de Melo
Hênio Melo
Heyder Moura
João Batista Cascudo Rodrigues
João Wilson M. Melo
Jomar Alecrim
Leonardo Bezerra
Mário Moacyr Porto
Moacyr Duarte
Ney Lopes de Souza
Otto de Brito Guerra
Reginaldo Teófilo
Severino de Brito

Depart. Fotográfico

Jaecí Emerenciano

Arte

Antônio Lopes

RN-Econômico, revista especializada em assuntos econômicos, financeiros e políticos, é de propriedade da Editora RN-Econômico Ltda. — Rua Seridó, 426, 1º andar, Natal (RN) — e impressa na Gráfica Manimbu — Rua Açú, 666, Natal-RN — Preço do exemplar: Cr\$ 1,50 — Números atrasados: Cr\$ 2,00 — Preço da Assinatura Anual Cr\$ 15,00.

Industrializar um elefante



Sim, senhor!

A tarefa pode parecer insólita, mas é verdadeira. No Rio Grande do Norte estamos começando a industrializar um "elefante". Centenas de fábricas já estão se instalando no Rio Grande do Norte, aproveitando os incentivos fiscais, na tarefa de industrializar o "elefante". O Governo do Estado oferece além disso: financiamento de projetos industriais, antecipação dos recursos da Sudene, terreno e obras de terraplanagem, participação acionária, assistência permanente, isenção do ICM e EMPRÉSTIMOS A MÉDIO PRAZO.



Campanha de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte
Governo Walfredo Gurgel

RN-ECONÔMICO

Sal na mesa da verdade

O PROJETO DA CNI

As profundas transformações promovidas pelo Governo na estrutura da economia do país, a partir de 1964, compõem um quadro novo para a indústria brasileira, onde ressaltam os aspectos positivos, mas, também como seria revisível em face do vulto das modificações verificadas, resultaram em algumas distorções que cumpre reparar.

Quais são os problemas que daí resultaram para a indústria? Sucessivos diagnósticos vêm sendo feitos por técnicos oficiais, tendo em vista localizar as distorções para definir as soluções adequadas. Tais tentativas, como é natural, ressentem-se da falta de vivência direta dos problemas por parte de seus autores e enfrentam as dificuldades resultantes da complexidade a que atingiu o desenvolvimento industrial brasileiro e sua variedade de setores.

O projeto da Confederação Nacional da Indústria objetiva uma ampla pesquisa sobre os problemas atuais da indústria brasileira e formulação de suas respectivas soluções, tendo as seguintes características básicas:

1 — O levantamento será feito por setores: em cada um dos 26 setores selecionados os problemas específicos serão examinados;

2 — Os próprios industriais — os participantes do processo definirão os problemas e formularão as soluções respectivas;

3 — Após a realização das 26 reuniões setoriais, onde os industriais dos respectivos setores examinarão seus casos específicos, será realizada uma grande Convenção Nacional da Indústria, de que participarão representantes designados pelas diversas reuniões setoriais, onde as decisões serão consolidadas em uma série de documentos a serem dirigidos às autoridades e ao país;

4 — Tendo em vista dar maior objetividade aos trabalhos e minimizar as dificuldades para a concretização das sugestões

formuladas, as decisões terão, sempre que possível, a forma de projetos de lei ou decreto-lei decretos, portarias, resoluções ou quaisquer outros atos administrativos julgados necessários para tornar realidade a pretensão dos industriais.

A reunião final, o último encontro dos industriais dos setores inseridos no projeto da CNI, já com os resultados alcançados na fase das setoriais, será a Convenção Nacional da Indústria, a ter lugar no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, no Rio, porque reúne as características positivas de conforto, tranquilidade para o trabalho e proximidade com o maior centro de ressonância do país.

OS OBJETIVOS BASICOS

Os objetivos básicos desta realização — única na história da industrialização brasileira — serão os seguintes: a) realizar, com base nos dados, informações e pronunciamentos dos empresários participantes, um diagnóstico dos distintos setores fabris, qualificando e quantificando os seus problemas e reivindicando medidas e soluções adequadas; b) formas, com base nestes diagnósticos setoriais, o quadro dos problemas e dificuldades enfrentadas, no seu conjunto, pela indústria nacional e das sugestões e medidas relativas à sua respectiva solução; c) oferecer ao Governo e à opinião pública um conjunto de projetos e programas objetivos, que reflitam as aspirações da indústria, sem perder de vista os altos interesses do país; d) estabelecer definições básicas e linhas de ação para a formulação no setor dinâmico da economia de medidas que permitam incrementar a taxa de aceleração do produto.

UM AREUNIAO SETORIAL

Em seus objetivos e finalidades, a Reunião Setorial constitui parte do núcleo básico da Convenção Nacional da Indústria e, como instrumento fundamental de manifestação do empresariado nacional por setor de atividade, objetiva cole-

Os grandes problemas da indústria salineira do país vão ser debatidos em Natal, durante a Setorial do Sal, reunião preparatória para a Convenção Nacional da Indústria, a realizar-se no corrente ano. Aqui em maior número, estarão reunidos pela primeira vez os empresários do setor para identificar os problemas existentes e indicar as soluções cabíveis.

tar, através de amplos debates, os elementos essenciais do Documento que a Indústria irá apresentar ao Governo.

Quanto a sua estrutura e funcionamento ela se processará sob a responsabilidade da Federação das Indústrias em que se localiza e dos Sindicatos com ela relacionados, e deve contar com a colaboração das demais Federações, tudo sob a supervisão da Confederação Nacional da Indústria. Os seus trabalhos serão dirigidos por uma Mesa Diretora composta de Presidente e Coordenador. Para redação do Documento contendo as conclusões aprovadas em cada Setorial, será constituída uma Comissão de Redação composta de três membros. As atividades da reunião serão desenvolvidas em Grupos de Trabalho, Comissões e no Plenário, sendo este seu órgão máximo e o único competente para pronunciar-se e deliberar em nome do setor.

Em cada Setorial serão constituídas oito comissões incumbidas de apresentar, para discussão, em plenário, documento básico e resultante dos trabalhos elaborados e das sugestões e recomendações dos Grupos de Trabalho.

As comissões, no mínimo de três membros escolhidos entre os participantes-votantes exercerão suas atribuições nas seguintes áreas: I) Política Tributária e Desenvolvimento Econômico; II) Inovação Tecnológica, Reequipamento e Produtividade; III) Áreas de Investimento Público e Áreas de Investimento Privado; IV) Comércio Exterior; V) Custo Financeiro e Mercado de Capital; VI) Política Salarial; VII) Investimentos em Educação e Mão de Obra Especializada; VIII) Assuntos Gerais.

Os trabalhos das sessões plenárias serão iniciados com a apresentação do relatório e parecer de cada comissão, que a seguir serão discutidos, admitindo-se também a discussão dos próprios trabalhos que lhes deram origem. Cada industrial poderá falar uma só vez sobre

cada assunto em debate, pelo espaço de cinco minutos. Na última sessão do plenário será aprovado, pela maioria dos participantes com direito a voto o documento final do setor, elaborado de acordo com a opinião média dominante, devendo a Comissão de Redação anexar os depoimentos divergentes acaso existentes. Após a aprovação do documento final, o plenário elegerá três membros que representarão o setor na Convenção Nacional da Indústria.

Os participantes de uma Reunião Setorial, regularmente inscritos, classificam-se em três categorias: a) **Votantes** — representantes credenciados das empresas e sindicatos do setor um para cada; b) **Não Votantes** — industriais e técnicos designados pelas empresas e órgãos sindicais, bem como membros de outras entidades classistas representativas do setor; c) **Observadores** — qualquer pessoas que a Mesa Diretora permita participar da Setorial, mas sem direito a votar, sendo vedada a sua presença nos grupos de trabalho e comissões.

SETORIAL DO SAL EM NATAL

A FIERN e o Sindicato das Indústrias da Extração de Sal conseguiram trazer para a capital do Estado a Setorial do Sal, vencendo a arrumação de alguns conselheiros da CNI que defendiam a sua realização no Rio, sob alegação de que está na Guanabara o grande poder de decisão das maiores empresas salineiras do Rio Grande do Norte. Entretanto prevaleceram os argumentos do presidente da FIERN, defendendo os nossos interesses, a nossa posição como maiores produtores de sal, 70% da produção nacional.

Pelas informações do Departamento de Relações Públicas da FIERN estão em andamento normal todos os trabalhos preparatórios para a Setorial do Sal que vai se realizar durante os dias 24 e 25 de julho, na Faculdade de Jornalismo da Fundação José Augusto.